RECOMENDAÇÃO Nº 04/2023

(INQUÉRITO CIVIL nº 06.2023.00000193-0 – 5ª PJ de Marituba)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da Promotora de Justiça subscrita, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, expede a seguinte **RECOMENDAÇÃO** ao Senhor **JOSÉ MAURO DE LIMA Ó DE ALMEIDA – SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**, para a adoção de providências relacionadas à inclusão de **avaliação de impactos climáticos nos processos de licenciamento de aterros sanitários**.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF e Lei Orgânica MP nº 8.625/93, art. 1º);

CONSIDERANDO o art. 1º da Resolução nº 164/17 do CNMP, a qual preconiza que a **recomendação** é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público, objetivando persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos;

CONSIDERANDO o quanto apurado nos autos do Inquérito Civil 06.2023.00000193-0, instaurado em face da Empresa Guamá Tratamento de Resíduos Sólidos LTDA e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) com o **objetivo de apurar supostos impactos e danos climáticos provocados pelo Aterro Sanitário de Marituba**;

CONSIDERANDO as declarações prestadas por técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade em reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2021, ainda nos autos do Inquérito Civil nº 002235-025/2020, referente à investigação dos supostos danos socioambientais decorrentes da instalação e operação da Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos de Marituba, oportunidade em que, quanto ao Plano de Monitoramento de Gases de Efeito Estufa, informaram que:

(...) Que não existe Plano de Monitoramento de Gases de Efeito Estufa e nem Plano de Monitoramento e Prevenção de Odores,

mas restou encaminhado que analisariam a necessidade de inclusão dentre as condicionantes e que, na atualidade, **não existe um monitoramento de gases de efeito estufa.**

CONSIDERANDO a Recomendação nº 02/2021 expedida em 23 de fevereiro de 2021 por intermédio da qual fora recomendado à empresa Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. que, em razão da ausência de tratamento efetivo de gases naquela oportunidade, apresentasse um “Plano de Monitoramento de Gases em Geral e de Gases de Efeito Estufa”, informando as medidas de mitigação e prevenção de riscos e danos ambientais;

CONSIDERANDO o estudo denominado “Avaliação da Concentração de Gases Tóxicos e Odoríferos nas Redondezas do Aterro Sanitário de Marituba”, segundo o qual foi identificada **presença de gás metano e gás sulfídrico na região, com a indicação de presença de metano 10 vezes superior à concentração atmosférica padrão e gás sulfídrico em padrões superiores à Organização Mundial da Saúde**, sendo este gás precursor de outros agentes poluentes;

CONSIDERANDO que, notificada a se manifestar quanto ao documento acima referido, a Empresa Guamá Tratamento de Resíduos LTDA, questionou aspectos metodológicos e técnicos adotados para a realização do estudo, não apresentando evidências da ausência de lançamento dos referidos gases em quantitativo superior ao esperado;

CONSIDERANDO que, no bojo do presente Inquérito Civil nº 06.2023.00000193-0, foi expedido o Ofício nº 443/2023-MP/5ªPJM à SEMAS por intermédio do qual foram requeridas informações sobre a mensuração, avaliação e mitigação de impactos climáticos relacionados ao Aterro Sanitário de Marituba; e quanto às normativas vigentes que demonstrem que tais impactos são levados em consideração no processo de licenciamento do Aterro Sanitário de Marituba;

CONSIDERANDO que, em resposta ao Ofício nº 443/2023-MP/5ªPJM, a SEMAS apresentou a Nota Técnica nº 39448/CINFAP/DLA/SAGRA/2023, na qual informou que a Empresa Guamá executa medidas mitigadoras para contenção e dispersão de gases, bem como apresenta relatórios trimestrais referentes à Avaliação de Impacto de Odores do Aterro Sanitário de Marituba e referentes ao Monitoramento da Qualidade do Ar e Avaliação Ambiental do Particulado Total em Suspensão;

CONSIDERANDO que, a partir da Nota Técnica nº 39448/CINFAP/DLA/SAGRA/2023 e tendo em vista os questionamentos do MP acerca da avaliação de impactos climáticos e das normativas vigentes para a consideração de tais impactos no licenciamento de aterros sanitários, observa-se o caráter inconclusivo da resposta da SEMAS, o que denota não haver uma avaliação com enfoque na questão climática;

CONSIDERANDO o art. 12 da Resolução nº 237/1997 do Conama prevê que “o órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação”;

CONSIDERANDO a Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 estabelece que estudo de impacto ambiental deve desenvolver, no mínimo o diagnóstico ambiental do meio físico, **observando os impactos sobre o clima e correntes atmosféricas** (art. 6º, I);

CONSIDERANDO a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que visará à redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes;

CONSIDERANDO a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Lei nº 9048/2020, é atribuição da SEMAS “incorporar, no licenciamento ambiental de empreendimentos e em suas bases de dados, a finalidade climática, compatibilizando-se com a comunicação estadual, a avaliação ambiental estratégica e o registro público de emissões”;

CONSIDERANDO que o Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas chamou a atenção para o elevado potencial do gás metano em promover aquecimento global em um curto espaço de tempo e sendo inconteste que o momento atual da humanidade evidencia uma crise climática que demanda ações concretas;

O MINISTÉRIO PÚBLICO RECOMENDA, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inciso IV da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), ao Senhor **JOSÉ MAURO DE LIMA O DE ALMEIDA – SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**, em conformidade com a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, que:

- 1- no prazo 60 dias, realize diagnóstico acerca do estágio atual de avaliação dos impactos climáticos nos processos de licenciamento ambiental de aterros sanitários, inclusive do Aterro Sanitário de Marituba;
- 2- no prazo de 60 dias após o diagnóstico, adote as providências necessárias para que os impactos climáticos sejam considerados nos processos de licenciamento ambiental de aterros sanitários, inclusive do Aterro Sanitário de Marituba, incluindo a Avaliação de Impactos Climáticos nos Termos de Referência para a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e Avaliações de Impacto Ambiental;

- 3- apresente as providências adotadas perante o indicativo de emissão de gás metano e sulfídrico em quantidades superiores ao regularmente existente na atmosfera pelo Aterro Sanitário de Marituba, conforme indicado nos estudos preliminares de medição, supramencionados.

Expeça-se a presente Recomendação à **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade**, solicitando que, no prazo de 20 dias úteis, manifeste-se quanto ao seu acatamento.

Expeça-se ofício ao **Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (COGES-Clima)**, dando-lhe ciência do teor da presente recomendação e solicitando sua contribuição para a efetiva solução da questão suscitada

Proceda-se:

1. À elaboração do extrato da presente Recomendação para publicação no Diário Oficial do Estado;
2. À comunicação da expedição da presente Recomendação via GEDOC nos termos do Ato Conjunto no 02/2019-MP/PGJ-CGMP.

Marituba-PA, 13 de dezembro de 2023.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA FOLHES
5ª Promotora de Justiça de Marituba